

ARTIGOS E PARECERES

- 812** O DEVER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INDENIZAR O PARTICULAR DETENTOR DO PREÇO REGISTRADO À LUZ DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA
Gerusa e Silva Castro López
- 816** CONTRATAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Alexandre Gomes Carlos
- 824** A EXIGÊNCIA DE GARANTIA PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E A NECESSIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO AO LONGO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
Gina Copola
- 827** AS LICITAÇÕES CONJUNTAS ENTRE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS: A PARCERIA ENTRE A BASE AÉREA DE SANTA MARIA E O COMANDO DA TERCEIRA DIVISÃO DE EXÉRCITO
Cássio Filipe Albuquerque Silva

TRIBUNAIS DE CONTAS

- 838** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Procedimento para a justificativa do preço em contratação direta
- 854** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Visita técnica ao local da obra não constitui requisito de habilitação

JURISPRUDÊNCIA

- 862** TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Validade da ata de registro de preços e a vinculação do particular à proposta
- 866** TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
É dever do pregoeiro promover diligência em razão de erro sanável na proposta
- 870** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Não se considera inexequível a proposta sem a manifestação do licitante quanto a sua viabilidade

EMENTÁRIO

- 874** Regularidade fiscal – Certidão de rol nominal – Cabimento

874 Licitação para alienação de imóvel – Garantia – Finalidade

875 Licitação – Alteração da lei de regência – Vinculação ao edital

876 Serviços advocatícios – Inexigibilidade afastada – Dever de licitar

876 Doação de bem público – Prévia licitação – Necessidade

DÚVIDAS DOS ASSINANTES

878 CONTRATAÇÃO – EMPRESA – INSCRIÇÃO NO CADIN – VEDAÇÃO

880 CONTRATO – ADITIVO CONTRATUAL – ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO – PAGAMENTO – CONSIDERAÇÕES

882 CONTRATO DE OBRA – REAJUSTE – ATRASO NA EXECUÇÃO – CONSIDERAÇÕES

886 CONTRATO – DEVOLUÇÃO DE BEM – ABANDONO – CONSIDERAÇÕES

LEGISLAÇÃO ESPECIALIZADA

890 LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

892 **ÍNDICE CUMULATIVO**